

CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: um estudo a partir do entendimento de professores

Seris de Oliveira Matos Pegoraro¹

Maria Cristina Pansera de Araújo²

Cátia Maria Nehring³

Fernando Jaime González⁴

RESUMO

Na leitura da legislação brasileira referente à extensão na educação superior, e de teóricos que discutem os sentidos e a função dessa atividade, podemos perceber avanços em sua valorização ao longo da história. Mas, nesta pesquisa, importa refletir sobre entendimentos e relevância a ela atribuída por professores em sua atuação. Assim, o presente trabalho busca evidenciar concepções sobre a atividade de extensão em respostas de professores de educação superior pública à seguinte pergunta: Como você compreende a atividade de extensão na sua atuação na educação superior? A amostra contou com 147 participantes, que responderam a um questionário *online*, sendo 76 de universidades públicas e 71 de institutos federais, de diversas áreas do conhecimento. Com a verificação da questão citada, tendo como base a Análise Textual Discursiva (ATD), proposta por Moraes e Galiazzi (2006), chegamos a duas categorias finais: 1. Relação da Instituição de Educação Superior (IES) com a sociedade e 2. O lugar da extensão na prática docente. Elas foram analisadas à luz de autores como Freire (2015), Gadotti (2017), Nogueira (2001) e Sousa (2010) sobre a extensão. A partir dos resultados, foi possível concluir que, mesmo quando a extensão é valorizada na prática docente, ainda tem se distanciado de uma concepção mais dialógica e de troca de saberes, o que denota a importância de uma discussão permanente sobre esse tema nas IES, de modo especial nas públicas, resgatando reflexões sobre seu compromisso social.

Palavras-chave: universidades públicas; institutos federais; lugar da extensão; relação com a sociedade.

¹ Doutoranda em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Panambi. E-mail: seris.pegoraro@sou.unijui.edu.br

² Doutora em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: pansera@unijui.edu.br

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: catia@unijui.edu.br

⁴ Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: ffg@unijui.edu.br

CONCEPCIONES DE EXTENSIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: un estudio desde la comprensión docente

RESUMEN

Al leer la legislación brasileña sobre extensión en la educación superior y los teóricos que discuten los significados y la función de esta actividad, podemos ver avances en su apreciación a lo largo de la historia. Pero, en esta investigación, es importante reflexionar sobre las comprensiones y relevancia que le atribuyen los docentes en su desempeño. Así, el presente trabajo busca resaltar concepciones sobre la actividad de extensión en las respuestas de docentes de educación superior pública a la siguiente pregunta: ¿Cómo entiende usted la actividad de extensión en su trabajo en la educación superior? La muestra estuvo compuesta por 147 participantes, que respondieron a un cuestionario en línea, 76 de universidades públicas y 71 de institutos federales, de diferentes áreas del conocimiento. Con la verificación de la pregunta antes mencionada, con base en el Análisis Textual Discursivo (ATD), propuesto por Moraes y Galiazzi (2006), llegamos a dos categorías finales: 1. Relación de la Institución de Educación Superior (IES) con la sociedad y 2. El lugar de extensión en la práctica docente. Fueron analizados a la luz de autores como Freire (2015), Gadotti (2017), Nogueira (2001) y Sousa (2010) sobre extensión. De los resultados se pudo concluir que, si bien se valora la extensión en la práctica docente, aún se ha distanciado de una concepción más dialógica e intercambio de conocimientos, lo que denota la importancia de una discusión permanente sobre este tema en las IES, especialmente en las públicas, rescatando reflexiones sobre su compromiso social.

Palabras clave: universidades públicas; institutos federales; lugar de extensión; relación con la sociedad.

INTRODUÇÃO

Em vista da legislação vigente, podemos dizer que a Extensão ocupa o mesmo patamar do Ensino e da Pesquisa na educação superior brasileira, considerando que estas três dimensões, no fazer das Instituições de Educação Superior (IES), deveriam ser indissociáveis e organizadoras das atividades dos professores. Entretanto, ao vivenciarmos o cotidiano das IES, podemos perceber uma heterogeneidade nas ações e concepções de extensão, as quais se refletem em importantes diferenças na atuação dos professores, na formação dos acadêmicos e no impacto social dessa atividade.

De acordo com Sousa (2010), diferentes formas de compreensão da extensão não se devem apenas a questões semânticas, mas fazem parte do processo histórico da educação brasileira. Desse modo, pensar sobre os sentidos atribuídos à extensão ao longo do tempo é também pensar sobre as funções das instituições de educação superior na sociedade. Nessa compreensão, faz parte do escopo deste trabalho refletir sobre concepções de extensão de professores que atuam na educação superior de instituições federais, as quais, por serem públicas, trazem a função do compromisso social como algo inerente à sua existência.

Foligno, Silva e Machado (2022), em um estudo bibliométrico da produção científica brasileira sobre extensão, apontam aumento de interesse pelo tema, porém há uma predominância por estudos descritivos, a partir de relatos de experiência e compartilhamento

de boas práticas. Este artigo, uma vez que aborda entendimentos de professores sobre extensão, pode contribuir na discussão de concepções e elaboração de políticas de extensão nas IES, bem como em reflexões docentes sobre a prática extensionista.

Nessa linha, definimos a seguinte questão de pesquisa: “Quais compreensões são apresentadas por professores da educação superior, em relação a atividades de extensão em sua atuação?”. Assim, inicialmente abordamos no texto como a extensão se apresenta na legislação brasileira e, após descrição dos procedimentos metodológicos, trazemos os entendimentos sobre extensão encontrados na pesquisa, estabelecendo relações com o referencial teórico. Por fim, traçamos considerações finais, apontando desafios e oportunidades para as IES na conjuntura atual.

A ATIVIDADE DE EXTENSÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil, desde o Decreto nº 19.851, de 11/4/1931, que estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro, a extensão universitária está presente (Paula, 2013). Nesse decreto, a extensão se materializou por meio de cursos e conferências destinados a prolongar a atividade técnica e científica da universidade, conforme Artigo 109: “a extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários, científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo” (Brasil, 1931).

Com a Reforma Universitária, instituída pela Lei 5.440 de 1968, avança-se um pouco mais na interlocução do corpo discente com a comunidade, visando melhorias nas condições de vida desta, conforme Artigo 40, a): “as instituições de ensino superior (IES) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento”, porém, a Lei traz, em seu artigo 2º, a indissociabilidade do ensino com a pesquisa, apenas (Brasil, 1968).

Em 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX (hoje Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras) instituiu a Política de Extensão, que vigora até os dias atuais no que se refere a conceitos, avaliação e acompanhamento de ações (Paula, 2013). Conforme refere Gadotti (2017, p. 2), a partir desse Fórum, a extensão universitária passa a ser concebida como uma “via de mão-dupla” entre a instituição e a comunidade, “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”.

Na sequência de acontecimentos, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, traz o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conferindo um novo lugar à extensão universitária, agora com sua importância reconhecida *pari passu* com os demais pilares da educação superior. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) vem trazer no Artigo 43, VII, que a educação superior tem por finalidade: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (Brasil, 1996). Em ambos os Documentos, aparece a possibilidade de aporte financeiro público para a realização da extensão universitária.

Hoje consta como obrigatoriedade a curricularização da extensão na educação superior conforme redação do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (instituído pela Lei nº 13.005/2014) e da Resolução CNE/CES nº 07/2018, que a regulamenta: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014; 2018). As instituições precisaram adequar os currículos dos cursos de graduação, abrindo espaço para a extensão permear o percurso da formação acadêmica.

Souza, Miranda e Souza (2019) destacam que a legislação da educação superior foi sendo ampliada por leis, decretos, portarias e resoluções, adaptando-se à expansão e à grande variedade de instituições que passaram a compô-la. Atualmente, a educação superior no Brasil é oferecida por Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos e Centros de Educação Tecnológica, sendo estas instituições públicas, privadas ou comunitárias, com ou sem fins lucrativos (Gomes; Machado-Taylor; Saraiva, 2018).

Em relação aos Institutos Federais, por exemplo, podemos dizer que desde o momento de sua criação (pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), a extensão consta nas suas finalidades e objetivos (Brasil, 2008). Conforme ressaltam Silva e Ackermann (2014), o conceito de extensão tecnológica dos Institutos Federais tem como ponto de partida a extensão universitária e neles está presente o caráter indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Mas uma das principais diferenças é a ênfase dada ao impacto gerado pelas ações locais e regionais dos Institutos na economia e no mundo do trabalho, associando as ações de extensão às demandas das comunidades no entorno dos *campi*.

Ao traçarmos esse breve histórico, podemos perceber que a extensão vem deixando de ocupar um lugar periférico em discursos teóricos e documentos legais ao longo do tempo. É notável a crescente importância que a conexão com a sociedade vem tomando na legislação que rege a educação superior brasileira; porém, o espaço que ela está ocupando no fazer docente e na dinâmica dessas instituições ainda exige maiores reflexões dos professores e ações institucionais dos gestores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho, utilizamos um banco de dados, construído de 2014 a 2023, como resultado de uma disciplina de um Programa de Pós-Graduação em Educação, que tem como objetivo a compreensão e entendimento das atividades do professor da Educação Superior. Esse banco de dados é estruturado a partir de um questionário, composto por 23 questões organizadas em três blocos: perfil, trajetória profissional e compreensões sobre as dimensões ensino, pesquisa e extensão. No decorrer dos anos, docentes da educação superior de instituições públicas e privadas foram solicitados por mestrandos e doutorandos, matriculados nessa disciplina, a responder ao questionário citado, dando o livre consentimento para utilização das respostas em produções de pesquisa. Os respondentes não são identificados e vão constituindo o banco de dados, conforme o período de resposta.

O *corpus* de análise escolhido para este trabalho, que busca investigar concepções de extensão na educação superior, foram os docentes que atuam em IES públicas, cuja função social está atrelada à própria razão de ser dessas instituições. Ao filtrar os dados, encontramos 147 professores respondentes, sendo 76 de Universidades Públicas e 71 de Institutos Federais. Após a identificação dos 147 participantes, foi organizada uma planilha do *Microsoft Excel* com as informações referentes ao perfil, trajetória profissional e compreensões sobre as dimensões ensino, pesquisa e extensão. Neste artigo, foi considerada a resposta dos referidos professores à questão: “Como você compreende a atividade de extensão na sua atuação na Educação Superior?”. Os professores participantes tiveram o anonimato preservado e sua participação foi identificada como U1 até U76, quando provenientes de Universidades Públicas, e de I1 até I71 quando provenientes de Institutos Federais.

É importante destacar o perfil dos professores participantes da pesquisa, pois conhecê-lo pode auxiliar nas reflexões e entendimentos sobre os dados obtidos. O grupo de docentes das universidades públicas tem representantes de diversas áreas de atuação e possui as seguintes

características: 67% são do sexo feminino; 53% estão na faixa etária de até 40 anos; 53% possuem diploma de licenciatura; 57% possuem doutorado acadêmico; 79% têm regime de trabalho em tempo integral e dedicação exclusiva; 78% residem na mesma cidade da instituição na qual atuam e 58% têm no máximo 10 anos de experiência de docência na educação superior.

A respeito do perfil do grupo de professores dos institutos federais, também encontramos profissionais de várias áreas, sendo que 69% são sexo feminino; 69% estão na faixa etária de até 40 anos; 69% possuem diploma de licenciatura; 46% possuem doutorado acadêmico; 79% têm regime de trabalho em tempo integral e dedicação exclusiva; 62% residem na mesma cidade da instituição onde atuam e 49% têm no máximo 5 anos de experiência de docência na educação superior.

O processo de verificação dos dados teve como base a Análise Textual Discursiva (ATD), a partir de Moraes e Galiazzi (2006): uma abordagem, que transita entre duas formas consagradas na pesquisa qualitativa: a análise de conteúdo e a de discurso. Esse método valoriza três elementos: unitarização, categorização e comunicação, o qual possibilita a emergência de novas compreensões com base na auto-organização (Moraes, 2003).

Os dados dos dois grupos de professores, organizados em planilha do *Microsoft Excel*, possibilitaram a delimitação das categorias iniciais, intermediárias e finais e, num primeiro momento, foram tratados em conjunto. Com a análise destes, chegou-se a duas categorias finais que englobam as concepções de extensão encontradas, as quais são descritas no decorrer do texto: 1. Relação da IES com a sociedade e 2. O lugar da extensão na prática docente. Após a definição dessas categorias, foram identificadas particularidades nas respostas dos docentes de cada grupo.

As categorias finais foram definidas por meio de um processo indutivo, conforme Moraes (2003), em que se percorreu um caminho do particular ao geral, sem assumirmos inicialmente teorias específicas e categorias. Entretanto, o autor ressalta que “toda categorização implica uma teoria” (Moraes, 2003, p. 200), que está implícita na forma como se analisam as informações da pesquisa. Nesse caso, podemos dizer que, na análise dos dados, foi possível associar sentidos atribuídos à extensão pelos professores de universidades públicas e institutos federais com compreensões evidenciadas por autores como Freire (2015; 2017), Gadotti (2017), Nogueira (2001), Silveira (2023) e Sousa (2010).

RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR COM A SOCIEDADE

A categoria final “Relação da IEs com a sociedade” emergiu das categorias intermediárias “A extensão como via de mão única”, “A extensão como via de mão dupla” e “A extensão reduzida à interação com a sociedade”, conforme apresentado no Quadro 1, a partir do qual é possível observar as relações entre os significados encontrados nas respostas dos professores.

Quadro 1 - Categorias Iniciais e Intermediárias que resultaram na Categoria Final “Relação da IEs com a sociedade”

Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categoria Final
Transmissão do conhecimento da IES	A extensão como via de mão única	Relação da IEs com a sociedade
Atendimento de demandas da comunidade		
Prestação de serviços para atender demandas do mercado		
Retribuição à sociedade do investimento público		
Foco nos benefícios à formação do estudante		
Foco no trabalho docente		
Foco nos benefícios à comunidade		
Foco nos benefícios à Instituição		
Contribuição mútua entre IEs e sociedade	A extensão como via de mão dupla	
Prestação de serviços articulada às ações de ensino e pesquisa		
Diálogo com a sociedade		
Transformação social e institucional		
Aproximação com a comunidade	A extensão reduzida à interação com a sociedade	
Contato com a comunidade		
Interação com a comunidade		
Ligação com a comunidade		
Relação com a comunidade		
Envolvimento com a comunidade		
Conhecimento de demandas		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Percebemos que a categoria intermediária “A extensão como via de mão única” predominou nas respostas de ambos os grupos de docentes, apresentando ainda mais registros nas respostas de docentes dos Institutos Federais. Consideramos nessa categoria respostas que se referiam a uma relação dicotômica entre IES-sociedade, com foco exclusivo na formação dos estudantes, nas oportunidades de aprendizado para os professores ou na visibilidade institucional, deixando de manifestar os benefícios para a comunidade, bem como aquelas que, por outro lado, destacavam a transmissão de conhecimentos para a população, o atendimento de demandas, prestação de serviços e retribuição à sociedade do investimento público, sem considerar interações transformadoras entre IES-sociedade.

De acordo com Gadotti (2017, p. 2), na prática, predominam duas vertentes de extensão nas IES: “uma mais assistencialista e outra não assistencialista”. A visão mais assistencialista, já abordada por Freire (2015) como transmissão vertical do conhecimento da instituição para a sociedade, desconsiderando o saber popular, é uma espécie de via de mão única, unidirecional, em que a instituição de educação superior realiza um trabalho *para* a sociedade e não *com* a sociedade. Já a visão não assistencialista, considera a extensão como comunicação de saberes, efetiva possibilidade de trocas entre os saberes acadêmicos e os populares (Freire, 2015).

Conforme Nogueira (2001) e Paiva (1986), as primeiras experiências de extensão universitária no Brasil surgiram em 1911, na antiga Universidade Livre de São Paulo, com característica assistencialista. Estas se desenvolviam na forma de cursos e conferências gratuitos oferecidos à população em geral, apresentando vínculo com a ideia de educação continuada exercida na Inglaterra desde 1867. Já na década de 1920, na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e na Escola Agrícola de Lavras, em Minas Gerais, temos os primeiros registros de atividades de extensão voltadas à prestação de serviços, que remontam ao modelo americano de extensão rural, da segunda metade do século XIX (Nogueira, 2001; Jezine, 2001).

Nogueira (2001) afirma que o modelo americano e inglês ainda estão presentes nas ações extensionistas das universidades brasileiras até os dias atuais, mesmo com avanços na concepção da extensão ao longo da história. Os resultados encontrados nesta pesquisa sinalizam que essa observação também pode se estender aos Institutos Federais.

A ideia de transmissão do conhecimento à sociedade está fortemente presente nos dados da pesquisa. Nessa compreensão, é como se a IES tivesse a posse do saber que deveria ser difundido para a comunidade, tal como uma *educação bancária*, criticada por Freire (2017, p. 82), que a define como: “o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e

conhecimentos”, diferente de uma relação dialógica e transformadora, conforme podemos observar nas afirmações abaixo:

“Considero importante, por proporcionar a transferência de informações da academia para o setor produtivo, ao mesmo tempo que permite ao aluno conhecer a realidade fora das paredes da Universidade” (U15).

“Oportunidade de aplicar junto à comunidade externa o que é desenvolvido dentro da instituição, proporcionando a efetiva difusão de tecnologia e saberes” (I5).

“Aplicação dos conhecimentos oriundos de resultados de pesquisa para a Comunidade” (U45).

“É o momento que consegue transmitir os conteúdos para a comunidade não acadêmica. Fazemos isso na forma de seminários e formação inicial e continuada” (I51).

Reis e Sarti (2022) encontraram resultados semelhantes ao identificar compreensões de licenciandos em projetos de extensão. Os autores relatam evidenciar uma concepção assistencialista de extensão em aproximadamente 67% das propostas, não assistencialista em 9%, e em 24% é possível perceber posições que transitam entre as duas concepções, sendo nomeada no referido trabalho como concepção assistencialista/não assistencialista. Tais achados revelam, segundo eles, que a extensão ainda se configura fortemente em uma perspectiva unilateral na relação universidade e sociedade.

É importante acrescentar que, nos entendimentos do grupo de professores dos Institutos Federais, foi percebida maior atenção à possibilidade da extensão contribuir para a visibilidade e fortalecimento institucional, direcionando o foco para a academia. A preocupação com a propaganda institucional pode se relacionar ao fato de serem instituições mais recentes, cuja identidade ainda esteja sendo construída e, portanto, mais vulneráveis a interferências políticas, o que não quer dizer que as universidades estejam prontas, mas sim que possuem uma maior tradição na educação superior, sendo mais consolidadas.

“Como uma ferramenta de reconhecimento e valorização da instituição e dos professores, necessária para o seguimento das atividades” (I24).

“As atividades que envolvem a extensão são importantes para dar visibilidade a nossa instituição, mas também trazermos aos nossos estudantes dados atuais sobre o que se tem pensado e dito dentro das disciplinas” (I37).

“Da mesma forma que a pesquisa, compreendo a extensão como algo vital **para a Instituição**, não consigo imaginar o saber desarticulado de suas interações externas” (I18, grifo nosso).

A categoria intermediária “A extensão como via de mão dupla” apareceu de forma mais significativa nas respostas dos professores de universidades federais, embora nestas “A

extensão reduzida à interação com a sociedade” e “A extensão como via de mão única” tenham obtido maior destaque. Aqui supomos que o tempo de atuação na instituição possa ser um indicativo dessa diferença. Conforme mencionado anteriormente, 56% dos professores do grupo respondente dos institutos federais encontra-se na faixa etária de 31 a 40 anos e 49% têm no máximo 5 anos de experiência no ensino superior, contrastando com maior tempo de atuação e números mais homogêneos entre as faixas etárias do grupo de professores das universidades públicas, possivelmente com mais experiência e conhecimento dos processos das instituições.

O entendimento da extensão como via de mão dupla está presente na proposição do FORPROEX (1987). Segundo Nogueira (2001) e Gadotti (2017), esse conceito considera que, na relação da IES com a sociedade, se estabelece a troca entre o saber acadêmico e o saber popular, tendo por consequência a democratização do acesso ao conhecimento e uma produção científica atrelada à realidade social. Nos excertos abaixo podemos identificar essa compreensão:

“Compreendo como possibilidade de diálogo entre a instituição e a sociedade, proporcionando uma formação integral e mais humana aos estudantes, bem como melhorias à sociedade, sob diferentes aspectos” (I64).

“Compreendo a atividade de extensão como um ato educativo, cultural e científico, a qual constitui-se num elo entre as demandas regionais e as atividades de ensino e pesquisa e que, ao fazê-la, provocamos transformações na sociedade e somos por ela transformados” (U53).

Além das duas visões de extensão a respeito da relação da IEs com a sociedade, expressas pelos referenciais teóricos e encontradas no posicionamento dos professores, identificamos uma terceira categoria intermediária, a qual sugere que a extensão pode se realizar mediante a simples interação com a sociedade, como é possível perceber nas respostas que a descrevem como: “contato com a população em geral” (U26), “oportunidade de aproximação entre IEs e comunidade” (U27), “ligação entre a universidade e a comunidade” (U38), “essencial para conhecer as demandas locais e globais” (I20), “envolvimento com a comunidade local” (I45) e “oportunidade de interagir com a comunidade” (I58). A categoria “A extensão reduzida à interação com a sociedade” apareceu tanto nas respostas de professores de Institutos Federais, quanto nas do grupo de Universidades Públicas, tendo prevalência semelhante.

Sousa (2010) e Kuenzer (1992) defendem a extensão como uma prática revolucionária, destacando ser necessário, para o seu exercício, um “mergulho” na realidade concreta e não somente o contato com a “superfície” das questões sociais. De acordo com Vieira (2017), para a integração indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, é preciso que a instituição se aproprie do território onde está inserida, superando a separação IES-sociedade, o que é proposto

pela Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada pelo FORPROEX e reconhecida pelo Ministério da Educação.

Com base nesses resultados, podemos inferir que, na busca de uma relação transformadora entre IES e Sociedade, que acompanhe na prática os avanços teóricos e legais, não basta apenas problematizarmos os tipos de atividades de extensão realizadas nas IES, mas sim avaliarmos seus objetivos e como se desenvolvem. Para além disso, é igualmente importante a reflexão sobre o grau de envolvimento da instituição com a comunidade, ou melhor, acerca da profundidade dessa relação.

O LUGAR DA EXTENSÃO NA PRÁTICA DOCENTE

A categoria final “O lugar da extensão na prática docente” emergiu das categorias intermediárias “A extensão secundarizada”, “Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão” e “A extensão entendida/desenvolvida de forma superficial”, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias Iniciais e Intermediárias que resultaram na Categoria Final “O lugar da extensão na prática docente”

Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categoria Final
Pouca importância destinada à extensão	A extensão secundarizada	O lugar da extensão na prática docente
Pouca participação em atividades de extensão		
Afirma não compreender		
Não participa de atividades de extensão		
Não respondeu à questão		
Formação integral	Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão	
Relação com o ensino		
Relação com a pesquisa		
Relação com o ensino e a pesquisa		
Indissociabilidade e interdisciplinaridade		
Centralidade da extensão	A extensão entendida/desenvolvida de forma superficial	
Exemplos em sala de aula como atividade de extensão		
Organização de eventos como atividade de extensão		

Importância, mas não fica claro o entendimento de extensão		
--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A partir das respostas dos professores participantes da pesquisa, podemos dizer que o lugar ocupado pela extensão está intrinsecamente ligado com a forma de compreensão e valorização da indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão. Tanto nas respostas dos docentes de Universidades Públicas quanto de Institutos Federais, identificamos a visão predominante de secundarização da extensão, ou seja, a esta é destinado um lugar de menor importância, se não no discurso, na prática docente.

“Não estou desenvolvendo, diretamente, atividades de extensão, mas elas podem aparecer dentro das atividades de ensino e de pesquisa que estou desenvolvendo” (U5).

“Considero as atividades de extensão muito importantes, pois envolvem os alunos da nossa instituição com a comunidade externa. Contudo, devido à demanda do ensino e pesquisa, não consigo me envolver nas atividades de extensão” (I44).

Foi possível perceber nessa análise, tal como refere Cunha (2010) e Demo (2001), que a extensão ocupa um espaço marginal, sendo desenvolvida de forma eventual e acessória, em comparação aos demais pilares da educação superior, o que também pode ser notado nos excertos a seguir:

“As atividades de extensão, **após** os aprimoramentos para as condições de ensino e pesquisa, formam outro sustentáculo por meio do qual se dá verdadeiro sentido aos objetivos da Educação Superior” (U52, grifo nosso).

“Importante, porém o Ensino se sobressai e o tempo é escasso” (I60).

“Atividade que pode ser tanto voltada para a comunidade acadêmica ou de fora da universidade e que não necessariamente necessita de uma formalização de pesquisa ou ensino. É algo mais livre, mas que segue uma organização formal” (I38).

Importante informar que consideramos dentro da categoria “A extensão secundarizada” também os professores que não responderam à questão investigada, mas que responderam a outras questões do questionário não avaliadas neste trabalho. Consideramos a ausência de resposta a essa questão uma forma de não manifestar a importância dessa atividade. Outras respostas também ilustram essa secundarização, como a pouca ou inexistente participação em extensão e sinalização de não compreendê-la:

“Não atuo na extensão e ainda não domino este conceito” (U2).

“Minha atuação na extensão também acaba não ocorrendo devido à natureza da disciplina que ministro nos cursos superiores” (I35).

A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão preconizada na legislação e Fóruns de Pró-reitores das Instituições Educação Superior apresenta-se muitas vezes utópica ou não bem compreendida pelos profissionais que atuam nesse nível de ensino. Conforme refere Cunha (2010), há uma diversidade de lógicas e argumentos a respeito do tema da indissociabilidade, sinalizando que este não tem sido objeto de debate e sistemática explicitação. A extensão ocupa uma centralidade na legislação e muitas vezes no discurso docente, mas é pouco observada na prática, conforme contrastes que se apresentam na resposta a seguir:

“Compreendo que a extensão é importantíssima tanto para a instituição quanto na formação dos estudantes envolvidos, mas penso que as atividades de extensão não devem prejudicar as de ensino” (I2).

A extensão como um princípio educativo, indissociável do ensino e da pesquisa, pode ser observada nas afirmações abaixo, sendo mais evidente nas respostas dos docentes de Universidades Públicas, com destaque para a formação de inicial e continuada de professores.

“Compreende-se por extensão universitária a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como um processo interdisciplinar, educativo, social, científico e político que promova a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade, tendo sua atuação diretamente no campo de prática, em benefício da comunidade” (U36).

“A extensão, no meu caso, é fortemente ligada ao ensino de graduação e pós-graduação e à pesquisa, pois é o nascedouro das atividades de pesquisa, das problemáticas da prática (formação, atividades, estratégias, currículos, ensino superior) a qual investigamos. É também fortemente ligada às redes públicas de ensino, pois formamos professores, sempre na interação entre inicial e continuada, bem como com a formação de formadores” (U25).

“Também cada vez mais importante, a extensão permite a proximidade entre formação e mundo da vida, do trabalho, foi por meio de atividades de extensão que passei a conhecer melhor a realidade do município, me inserir em espaços escolares, observar essa realidade. Além de dialogar com a comunidade e sobretudo, ter como fundamento a formação de professores que conheçam a realidade da instituição escola” (I71).

Encontramos além das referidas categorias intermediárias, a categoria “A extensão entendida/desenvolvida de forma superficial”, que também mantém relação com o lugar da extensão na prática docente. Assim, para além de compreensões que abarcam uma extensão secundarizada e acessória ou mais alinhada com a legislação no que se refere à indissociabilidade do ensino e da pesquisa, temos também posições de professores que referem à extensão como importante, mas não deixam claro o lugar que esta ocupa na prática. Por vezes não é possível saber se o docente se refere à extensão na sua atuação, conforme consta no

questionário, ou a forma como ela se desenvolve na instituição: “Extremamente importante, mas ainda um pouco deixada de lado. Falta a troca de saberes com a comunidade” (U33); “Essencial... ainda vejo que é pouco difundida, mas em minhas aulas tento ao máximo trazê-la à tona” (I68); ou seja, encontramos uma compreensão e uma atuação em extensão pouco fundamentadas, que nomeamos como superficiais.

Para Silveira (2023), a extensão é a “operacionalização da indissociabilidade”, pois subsidia a pesquisa e o ensino e envolve a população na própria produção do conhecimento. Ele considera a curricularização da extensão uma pedagogia libertadora do currículo, que não pode se realizar de forma superficial e descompromissada, justificando:

Não aquela que ocorre na escolha dos exemplos a serem apresentados na sala de aula, tampouco àquela que se constrói a partir da opção por um ou outro objeto de estudo acadêmico e, sim, a pedagogia que se consolida dentro dos territórios, no diálogo com o outro, na troca de conhecimentos, sem pretensão de estrangular novos olhares e novos saberes populares (Silveira, 2023, p.7).

Nessa direção, pensar o lugar que a extensão ocupa na prática docente envolve o aprofundamento das discussões sobre a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e o compromisso social na atuação do professor da educação superior. Conforme pauta proposta por Cunha (2010), esperamos que o debate em torno do papel das IES na sociedade possa favorecer a sua condição pública e os entendimentos em torno da definição de qualidade desse nível de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar neste estudo, no Brasil a atividade de extensão vem ganhando centralidade na educação superior ao longo da história, principalmente no que se refere à legislação educacional. No entanto, na prática, o que muitas vezes ocorre é a sua percepção como algo secundário, feito se o tempo permite, se a temática possibilita ou para o simples cumprimento das normativas vigentes.

As respostas de 76 professores de Universidades Públicas e 71 de Institutos Federais à pergunta: Como você compreende a atividade de extensão na sua atuação na Educação Superior? permitiram evidenciar duas categorias representativas de concepções de extensão: “Relação da IEs com a sociedade” e “O lugar da extensão na prática docente”. Nestas, predominou o entendimento de uma extensão secundarizada e, quando desenvolvida, mais próxima de uma extensão como via de mão única, ora como transmissão do conhecimento para a sociedade, ora focada no estudante, docente ou instituição.

Assim, mesmo quando a extensão é valorizada na prática docente, ainda tem se distanciado de uma concepção mais dialógica e de troca de saberes, que possibilita a integração entre a teoria e a prática e entre a ciência e a vivência (Freire, 2015; Gadotti, 2017; Síveres, 2011). Da mesma forma, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão presente na legislação não se manifestou de forma satisfatória nas respostas encontradas, sinalizando que discussões sobre esta devem ser priorizadas enquanto políticas e ações intencionais nas IES. A curricularização da extensão, que consta na estratégia 7, Meta 12.7 do PNE 2014-2023, aparece como mais um reforço e oportunidade para repensar a atividade de extensão nas instituições de educação superior.

De acordo com Gadotti (2017), curricularizar a extensão é um desafio que levará a uma reavaliação de concepções e práticas educativas, do currículo e da própria instituição de educação superior. Para ele, a curricularização da extensão faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; de outro, da necessária conexão da instituição com a sociedade, ou seja, realça sua função social, bem como a importância desta integração dialógica para a formação do estudante.

A análise dos dados também mostrou que a forma de conceber a extensão é diversa e, portanto, na prática, podemos observar diferentes atuações. Definir e discutir, frequentemente, as concepções, atividades e financiamento da extensão nas instituições é premente se quisermos que especialmente os sujeitos responsáveis pela condução das atividades, conheçam, compreendam e participem das políticas institucionais para o exercício das três dimensões definidas por lei: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Os resultados também sugerem que, principalmente para os Institutos Federais, reafirmar a Extensão como finalidade institucional e promover formações com a comunidade acadêmica sobre a temática, se mostra imprescindível, por serem instituições com quadro de professores formado mais recentemente e que, segundo a lei de criação, possuem um compromisso explícito com sua integração aos territórios em que se encontram.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931.** Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras. Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 maio 2024.

BRASIL. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540compilada.htm Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 03 maio 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm Acesso em: 03 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 03 maio 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024 e dá outras providências. MEC, Brasília, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808 Acesso em: 03 maio 2024.

CUNHA, Maria Isabel da. Indicadores de qualidade e a relação do ensino com a pesquisa e a extensão na universidade brasileira. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICA DEL SUR*, X, 2010, Mar del Plata. **Indicadores de qualidade e a relação do ensino com a pesquisa e a extensão na universidade brasileira.** Argentina: 08, 09 e 10 de dezembro de 2010. p 1-11. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/97073>. Acesso em: 03 maio 2024.

DEMO, Pedro. Lugar da extensão. *In: FARIA, Dóris Santos de (org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina.* Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FORPROEX. I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento.** UNB, Brasília, 04 e 05 de novembro de 1987. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 03 maio 2024.

FOLIGNO, Adriane Zangiaco; SILVA, Fábio Lippi; MACHADO, Michel Mott. Extensão universitária: estudo bibliométrico da produção científica brasileira. **Refas-Revista Fatec Zona Sul**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 19-33, fev. 2022. Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/files/artigo/file/983/78688845d9609673d3ace0474f8dedb8.pdf>. Acesso em: 03 maio 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê?**. Instituto Paulo Freire, São Paulo - SP, 15 fev. 2017. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-universitaria-para-que>. Acesso em: 03 maio 2024.

GOMES, Válter.; MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes; SARAIVA, Ernani Viana. O Ensino Superior no Brasil: breve histórico e caracterização. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 42, n. 1, p. 106-129, fev. 2018. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/cic/article/view/1647>. Acesso em: 03 maio 2024.

JEZINE, Edineida Mesquita. Multidiversidade e extensão universitária. In: FARIA, Doris Santos de (org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: UnB, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Para estudar o trabalho como princípio educativo na universidade**: categorias teórico-metodológicas. Curitiba: [S. n.], 1992.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: A compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzdj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 maio 2024.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 117-128, abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB/abstract/?lang=pt>. Acesso em 03 maio 2024.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

PAIVA, Vanilda. Extensão universitária no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, INEP. v. 67, n. 155, p. 135-151, jan./abr. 1986.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/A-extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria%3A-hist%C3%B3ria%2C-conceito-e-Paula/d5168b505f327b99dba56d19bf18aae7b98795ef>. Acesso em: 03 maio 2024.

REIS, Yasmin Aparecida Lemos dos; SARTI, Renato. Extensão universitária: as concepções em ações orquestradas por licenciandos. **Extensão em Foco**, Palotina, n. 26, p. 74-91, jan. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/79458>. Acesso em: 03 mai. 2024.

SILVA, Michel Goulart da, ACKERMANN, Silvia Regina. Da extensão universitária à extensão tecnológica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e sua relação

com a sociedade. **Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense**. Blumenau, Ano 1, n. 2, p. 9 – 18, dez. 2014. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/RevExt/article/view/64>. Acesso em: 03 maio 2024.

SILVEIRA, Hélder Eterno da. Pedagogia da Extensão: algumas reflexões emergentes. **Extensio UFSC: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 20, n. 45, p. 02-09, abr. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/93945>. Acesso em: 03 maio 2024.

SÍVERES, Luiz. Princípios estruturantes da extensão universitária. *In*: MENEZES, Ana Luisa Teixeira de Menezes; SÍVERES, Luiz (org.). **Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 26-50.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed. São Paulo: Editora Alínea, 2010.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, mar. 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em: 03 maio 2024.

VIEIRA, Adriano José Hertzog. Apresentação. *In*: SANTOS, Pedro Floriano dos e RIFFEL, Cristiane Maria (org.). **Extensão universitária: perspectivas de aprendizagem e sentidos na educação superior**. Itajaí: UNIVALI, 2017. p. 11-13.